



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681308 - SP (2021/0226021-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DOUGLAS EDUARDO CAMPOS MARQUES
ADVOGADO : DOUGLAS EDUARDO CAMPOS MARQUES - SP286102
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MULLER DE LIMA DOMINGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de MULLER DE LIMA DOMINGUES, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501021-98.2020.8.26.0530).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, c/c art. 40, VI, ambos da Lei nº 11.343/2006.

O impetrante insurge-se contra a dosimetria da pena aplicada, bem como o regime prisional para o início de seu cumprimento.

Requer a concessão da ordem a fim de que a pena seja redimensionada, bem como a fixação do regime menos gravoso em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Compulsando os autos, verifica-se que, apesar de o *nomem iuris* do writ especificar pedido liminar, não há qualquer fundamentação relativa à suposta medida de urgência nas razões do presente *habeas corpus*.

Nesse sentido, solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
No exercício da Presidência